

Diário do Legislativo de 09/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

atas

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 3/3/2010

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Gil Pereira e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão, quando é recebido requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Três Marias para discutir, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, os problemas de contaminação do lençol freático no Bairro Beira Rio, situado no Município de São Gonçalo do Abaeté, divisa com o Município de Três Marias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada amanhã, quinta-feira, dia 4/3/2010, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2010.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

Ata da 1ª Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, em 3/3/2010

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Carlos Pimenta e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco PMDB- PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Sávio Souza Cruz para atuar como escrutinador. Apurado o resultado, verifica-se a eleição do Deputado Luiz Humberto Carneiro, para Presidente, e do Deputado Carlos Pimenta, para Vice-Presidente, ambos com três votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Luiz Humberto Carneiro dá posse ao Deputado Carlos Pimenta como Vice-Presidente. Este, por sua vez, empossa como Presidente o Deputado Luiz Humberto Carneiro. A seguir, a Presidência designa como relator da matéria o Deputado Carlos Pimenta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os

membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se hoje, às 17 horas, com a finalidade de apreciar o Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2010.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente - Carlos Pimenta - Vanderlei Miranda.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 9/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 117, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades Jurídicas do Poder Executivo, e a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia - Geral do Estado - AGE - e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007, que estabelece as tabelas de remuneração dos cargos de provimento em comissão da AGE. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º, ao art. 20 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º da proposição de lei, aos arts. 4º, 6º, 8º e 10 da proposição de lei e pela rejeição do veto ao art. 2º, ao inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º da proposição de lei, aos arts. 5º e 12 da proposição de lei.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - Cemig - para Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - e sobre a ampliação de seu objetivo social, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/9/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º da Lei nº 16.318, de 11/8/2006, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574, e pela rejeição do veto ao art. 4º da mesma lei, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de lei nº 19.574.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.624, que altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e nos estabelecimentos de saúde localizados no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.156/2010, do Deputado Arlen Santiago; 3.962/2009, do Deputado Delvito Alves; 4.120/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.130/2009, do Deputado Chico Uejo; 4.149 e 4.151/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.169/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.189/2010, do Deputado Doutor Viana; 4.196, 4.197 e 4.198/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres; e 4.222 e 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.468/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.470/2010 e 5.471/2010, do Deputado Weliton Prado.

Finalidade: debater as consequências para o consumidor brasileiro do "recall" de veículos feito pela montadora Toyota nos Estados Unidos e na Europa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.473/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.508/2010, do Deputado João Leite; e 5.532/2010, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em reunião de audiência pública, o licenciamento ambiental da expansão do empreendimento "BH Shopping", sua repercussão e impacto no entorno da construção.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.463 e 5.530/2010, do Deputado Ademir Lucas; 5.484/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 5.485/2010, do Deputado Wander Borges; e 5.533/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.538/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Especial da Minascaixa, a realizar-se às 16h30min do dia 9/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

edital do convocação de reunião

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 9/3/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 117, que Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades Jurídicas do Poder Executivo, e a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia - Geral do Estado - AGE - e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007, que estabelece as tabelas de remuneração dos cargos de provimento em comissão da AGE; à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - Cemig - para Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - e sobre a ampliação de seu objetivo social, e dá outra providência; à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver; à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/12/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006; à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/9/2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno; à Proposição de Lei nº 19.624, que altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -; e à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e nos estabelecimentos de saúde localizados no Estado; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado; e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Barbacena o terreno que especifica; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica; 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública, das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC -; e 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de março de 2010.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto PARCIAL à proposição de lei nº 19.574

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à proposição de lei em epígrafe, que altera as Leis nºs 14.313, de 19/6/2002; 15.424, de 30/12/2004; e 16.318, de 11/8/2006.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 483/2010, publicada no "Diário do Legislativo" de 4/2/2010.

Constituída esta Comissão Especial, nos termos do art. 222, combinado com o art. 111, I, "b", do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O veto parcial oposto pelo Governador do Estado à Proposição de Lei nº 19.574 incidiu sobre dispositivo acrescentado pelas Emendas nºs 4 e 5, apresentadas durante a tramitação da matéria. As Emendas nºs 4 e 5 alteraram, respectivamente, os arts. 1º e 4º da Lei nº 16.318, de 11/8/2006, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado.

O art. 1º da citada lei passou a prever desconto para pagamento de crédito tributário relativo ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, inscrito em dívida ativa, no mínimo, 90 dias antes da concessão do benefício, com o fito de estimular a realização de projetos desportivos no Estado, nas condições especificadas nessa lei. O art. 4º teve alterados os requisitos para habilitação do recebimento de recursos na forma da lei citada.

Segundo as razões do veto, as alterações em questão não observaram os ditames da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, nem o interesse público. Quanto ao art. 1º, estabeleceu-se uma regra flutuante, com a inclusão, nesse dispositivo, em substituição à data de 31/10/2007, da expressão "inscrito em dívida ativa no mínimo noventa dias antes da concessão de benefício", o que afronta o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. No que concerne ao art. 4º, eliminaram-se vários requisitos para que o empreendedor se habilite ao recebimento de recursos, os quais são essenciais para o controle da aplicação destes.

Com efeito, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a concessão de qualquer benefício de natureza tributária do qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhado da estimativa do impacto financeiro-orçamentário no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes, como também da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária. Prevê, ainda, que deverão ser adotadas medidas de compensação, por meio de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Assim sendo, para concessão de desconto para pagamento de crédito tributário, a ampliação da condição – a qual, anteriormente, limitava-se a uma data, e, com a alteração, passou a se referir a crédito inscrito em dívida ativa, no mínimo, 90 dias antes da concessão do benefício – deverá ser precedida do estudo de impacto financeiro-orçamentário.

Por fim, a mudança promovida no art. 4º da Lei nº 16.318 se mostra conveniente e oportuna, uma vez que possibilitará a desburocratização do procedimento de habilitação para recebimento dos recursos, sem prejuízo da lisura e do controle da aplicação dos recursos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto oposto ao art. 1º da Lei nº 16.318, de 11/8/2006, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574, e pela rejeição do veto oposto ao art. 4º da mesma lei, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574.

Sala das Comissões, 8 de março de 2010.

João Leite, Presidente - Marcus Pestana, relator - Carlin Moura - Agostinho Patrus Filho.

Parecer sobre o veto PARCIAL à proposição de lei nº 19.624

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à proposição de lei em epígrafe, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 467/2010, publicada no "Diário do Legislativo" de 4/2/2010.

Constituída esta Comissão, nos termos do art. 222, c/c o art. 111, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O objetivo da proposição é alterar os incisos III e XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 2003, o qual dispõe sobre as hipóteses de isenção do IPVA. O inciso III trata da isenção de veículo de pessoa portadora de deficiência física adaptado para possibilitar a sua utilização pelo proprietário, e o inciso XVII se refere à isenção de veículo de motorista profissional autônomo utilizado para o serviço de transporte escolar. Nos dois dispositivos, as modificações introduzidas pela proposição ampliaram os benefícios. No primeiro caso, excluiu-se a exigência de que o veículo fosse novo e tivesse potência bruta de até 127 HP. No segundo caso, retirou-se a condição de que o veículo fosse utilizado para o transporte escolar na zona rural, ou desta para a zona urbana, e incluiu-se a possibilidade de se contratar o serviço de transporte por meio de sindicato.

O art. 2º da proposição em exame, objeto do veto do Governador do Estado, corresponde à sua cláusula de vigência, conferindo a ela efeito retroativo a 28/12/2007. O referido dispositivo foi considerado contrário ao interesse público. De acordo com as razões do veto, a atribuição de efeito retroativo aos dois benefícios fiscais estabelecidos no art. 1º acarretaria ao Estado a obrigação de restituir o IPVA pago, relativamente aos exercícios de 2008 e 2009, aos contribuintes que estivessem enquadrados nas respectivas hipóteses de isenção. Isso, segundo cálculos da Diretoria de Informações Fiscais da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - Dinf-Saif -, resultaria em um prejuízo financeiro ao Estado da ordem de R\$8.800.000,00 no que se refere ao transporte escolar, sem que houvesse medida compensatória, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro argumento apresentado se refere a fato de que 50% do IPVA arrecadado pelo Estado é imediatamente repassado ao Município de emplacamento do veículo. Desse modo, a fim de devolver o imposto já recolhido e repassado, o Estado teria que deduzir tal importância dos futuros repasses aos Municípios afetados. De acordo com as razões do veto, "isso causaria enorme impacto negativo nas finanças públicas do Estado e desses Municípios, comprometendo seriamente seu equilíbrio orçamentário-financeiro".

Tendo em vista o impacto negativo para os cofres públicos, tanto estadual quanto municipais, e a não observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, somos levados a concordar com o veto do Governador do Estado ao art. 2º da proposição.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela manutenção do veto oposto ao art. 2º da Proposição de Lei nº 19.624.

Sala das Comissões, 8 de março de 2010.

João Leite, Presidente - Marcus Pestana, relator - Carlin Moura - Agostinho Patrus Filho.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.921/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a instituição Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira, com sede no Município de Itabira.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.921/2009 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira, com sede nesse Município, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1997, que tem por finalidade desenvolver atividades voltadas, especialmente, para a área da assistência social.

Para cumprimento dos seus objetivos programáticos, a instituição fomenta projetos nas áreas da educação, cultura, proteção e defesa da saúde, integridade da família, da maternidade, da infância, da adolescência, da terceira idade e das pessoas portadoras de deficiência. Também desenvolve programas de orientação, capacitação e atualização profissional; de defesa e preservação do meio ambiente; de promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e dos valores universais. Além disso, combate a fome e a pobreza, bem como promove o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Cabe ressaltar que, com o objetivo de corrigir o nome da entidade, em decorrência da alteração estatutária ocorrida em 4/1/2010, foi apresentada a Emenda nº 1 pela Comissão de Constituição e Justiça.

Pela relevância do trabalho desenvolvido, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.921/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de março de 2010.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.922/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Moto Clube Tigres do Asfalto de Campo Belo, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.922/2009 pretende declarar de utilidade pública o Moto Clube Tigres do Asfalto de Campo Belo, com sede nesse Município, que tem como finalidade proporcionar a difusão da prática do motociclismo.

Na consecução de seu objetivo, desenvolve atividades de lazer como viagens, reuniões, "shows", competições de caráter esportivo, cívico, social e educativo; oferece cursos de técnicas de pilotagem e mecânica; desenvolve um trabalho voltado à difusão de um conceito positivo do motociclista no trânsito.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, dá nova redação ao art. 1º do projeto, com a finalidade de adequá-lo à técnica legislativa e de retificar o nome da entidade, em conformidade com seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.922/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de março de 2010.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.980/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Recreativa do Tradição Esporte Clube – Artec –, com sede no Município de Três Marias.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.980/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Recreativa do Tradição Esporte Clube – Artec –, com sede no Município de Três Marias, que tem como finalidade proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população local.

Na consecução de seu objetivo, desenvolve atividades nas áreas de cultura, educação, esporte e lazer; realiza programas permanentes de prevenção contra o uso de drogas; promove a habilitação de portadores de deficiência; mantém a publicação de jornais, boletins e similares, para divulgar seus trabalhos junto à comunidade do Bairro Cemig e adjacências.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.980/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 8 de março de 2010.

Ruy Muniz, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

12ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 3/3/2010

O Deputado Tenente Lúcio* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesta oportunidade gostaria de fazer referência a todas as mulheres de Minas Gerais. Apresento aqui o quadro da Sra. Zilda Arns, um exemplo de mulher não só para o nosso país, mas para todo o mundo. Em um de seus discursos, Zilda Arns disse: "Sabemos que a força propulsora da transformação social está na prática do maior de todos os mandamentos, que é a lei de Deus: o amor". Com esse pequeno trecho do seu discurso, quero homenagear todas as mulheres de Minas Gerais. No dia 8 de março, segunda-feira, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Zilda Arns, médica sanitária, fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, uma mulher de fibra, como tantas que temos em Minas Gerais, começou seu trabalho em 1982, quando seu irmão, Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, foi convidado a promover a redução da mortalidade infantil

no País por intermédio da Igreja Católica. Usando o exemplo de D. Zilda Arns, venho a esta tribuna homenagear todas as mulheres pelo seu dia, que será comemorado na próxima segunda-feira.

Hoje, cada vez mais, as mulheres estão engajadas em causas nobres e sociais, fazendo jus a tudo pelo que sempre lutaram. Espelhar-se na imagem de Zilda Arns deve ser motivo de orgulho para as mulheres, pois ela, acima de tudo, foi uma batalhadora idealista que acreditava no amor pelo próximo. Ensinava e tirava as crianças do risco social, fundamentada no amor.

Quero homenagear todas as mulheres do nosso Estado, mas, de maneira especial e com meu sincero respeito, quero homenagear a coordenadora da Pastoral da Criança da minha cidade, Uberlândia, Sra. Maria Auxiliadora da Silva Ribeiro, e as 340 mulheres que prestam trabalho voluntário nessa Pastoral. À Maria Auxiliadora, com todo o nosso carinho e respeito, e também às 340 companheiras de trabalho da Pastoral da Criança de Uberlândia, os nossos mais sinceros parabéns e agradecimentos.

O nosso PDT, por meio da Ação Mulher Trabalhista, presta uma homenagem no Dia Internacional da Mulher realizando um ato público na próxima segunda-feira, às 9 horas, na Praça Sete, pela valorização da mulher e pelo fim da violência, com o seguinte "slogan": "Eu acredito na paz. Eu valorizo a vida. Eu digo não à violência. E você?".

Parabéns pelo seu dia, e que vocês continuem se espelhando em exemplos de mulheres que lutam com amor por um País mais justo e igualitário. Este quadro será entregue por mim à Sra. Maria Auxiliadora da Silva, em Uberlândia, a ela que coordena e trabalha com essas 340 mulheres voluntárias. Milhares e milhares de mulheres não só no Brasil, mas espalhadas pelo mundo, estão fazendo um trabalho tão digno quanto o de D. Zilda Arns, que foi vítima do terremoto no Haiti, no dia 12 de janeiro passado, e que deixou esse exemplo para todos nós, homens, mulheres e crianças de todo o País. Em especial, quero cumprimentar a todas as mulheres de Minas Gerais.

A Deputada Cecília Ferramenta (em aparte)* - Como mulher e uma das representantes das mulheres nesta Casa, gostaria de agradecer o seu pronunciamento. D. Zilda Arns foi uma mulher que realmente doou sua vida por amor. Mas, infelizmente, temos visto muita violência em nosso Estado, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde foi descoberto e preso um maniaco de que muitas mulheres foram vítimas. E quantas ainda são vítimas dessa mesma violência? Algumas pessoas podem pensar que estamos batendo na mesma tecla ao falar de violência, mas acho que temos de procurar fazer um trabalho até mais efetivo nesse sentido - aproveitando também o próximo dia 8 -, porque não podemos continuar a aceitar o que vem acontecendo. No dia 11 de março, a bancada feminina nesta Casa vai-se reunir para fazer essa homenagem e refletir sobre a atual situação das mulheres em nosso país. De qualquer forma, agradecemos muito a sua fala em data antecipada; para nós, é muito valioso saber que também os homens nesta Casa estão na mesma batalha, na mesma luta pela mulher. Muito obrigada.

O Deputado Tenente Lúcio* - Agradeço à companheira e amiga Deputada Cecília Ferramenta, em cuja pessoa cumprimento todas as Deputadas, servidoras desta Casa e companheiras de trabalho, parabenizando-as por serem mulheres e trabalhadoras. Estendo as congratulações a todas as mulheres que nos ouvem agora, a todas as mulheres de Minas Gerais.

Mudando de assunto, gostaria de agradecer à Comissão de Segurança Pública, na pessoa de seu Presidente, Deputado João Leite, e na da Vice-Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, que estiveram ontem em Uberlândia somando esforços conosco e com os Deputados convidados, Luiz Humberto Carneiro e Weliton Prado. Ontem realizamos no Plenário da Câmara Municipal de Uberlândia uma reunião extraordinária muito positiva, que teve início às 10 horas e terminou por volta das 15 horas, com a presença de aproximadamente 500 pessoas. Assim que terminou a reunião, fomos para o aeroporto, sem tempo para o almoço, e viemos para Belo Horizonte, para participar da sessão extraordinária da noite. Gostaria de agradecer muito aos Vereadores que contribuíram para que essa reunião se realizasse: Hélio Ferraz, o Baiano, Presidente da Câmara, que gentilmente cedeu o espaço da Casa para a realização da reunião; Jerônima Carlesso, 2ª-Vice-Presidente; William Alvorada, do PDT, nosso partido, 3ª-Vice Presidente; e Murilo, também do PDT. Aos dois últimos agradeço tudo o que têm feito em prol do nosso partido e da nossa comunidade. Agradeço ainda aos Vereadores Doca Mastroiano - nosso amigo Doquinha -, Adriano Zago, Adicionaldo Cardoso, Vilmar Resende e Márcio Nobre. Enfim, agradeço a todos os Vereadores que nos ajudaram, especialmente aos que acabamos de mencionar. Também gostaria de agradecer a presença do Juarez, Presidente do Conselho de Entidades Comunitárias - CEC -, que congrega mais de 150 entidades comunitárias em Uberlândia, entre elas associações de moradores e muitas outras; e dos representantes dos Conselhos de Segurança Pública - Conseps -, tanto do perímetro urbano quanto da zona rural.

Agradeço também ao Cel. Crovato, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar; ao Dr. Gilmar, Comandante de departamento; ao Dr. Samuel, Delegado Regional; ao Cel. Felipe, Comandante do 5º Batalhão de Bombeiros Militar; ao Dr. Pacífico, representante da Polícia Federal; ao Inspetor Cristo, representante da Polícia Rodoviária Federal; ao Juiz Joemilson, Diretor do Foro de Uberlândia e representante do Poder Judiciário; aos representantes do Ministério Público, que também estiveram presentes na audiência pública de Uberlândia; ao Orion, Secretário de Defesa Social, representante do Prefeito Municipal Adeldo Leão; enfim, a todos os que participaram dessa audiência pública, que foi de grande proveito para todos. Agradeço também à imprensa de Uberlândia; ao SBT, pelos programas "Chumbo Grosso" e "Linha Dura"; à Rede Record, pelo programa "Balanço Geral"; a todos vocês, de coração, ao André Potinho e ao Amarildo Maciel, da TV Vitoriosa; ao Marquinhos Maracanã, da TV Record; à Rede Globo de Televisão; à TV Integração, nas pessoas dos Srs. Rogério Nery e Tubal Siqueira e Silva, Diretor-Presidente dessa rede de televisão; às Rádios Globo Cultura, Itatiaia, América, Educadora e Jovem Pan; aos jornais "Correio de Uberlândia" e "Gazeta"; e às rádios comunitárias que participaram conosco do evento. Tenho certeza absoluta de que nosso gabinete, com todas as pessoas citadas e nossos companheiros Vereadores, fez e procura fazer trabalho digno.

Hoje segurança pública é preocupação de todos nós, Deputados presentes, como do Deputado Dalmo Ribeiro, que nos ouviu. Tenho certeza de que ele se preocupa com várias regiões, mas principalmente com o Sul de Minas, pois participamos juntos de várias audiências nessa região. Está presente também o Doutor Ronaldo João, do nosso partido. Sr. Presidente, segurança pública atualmente é preocupação de todos, mas, se não unirmos todas as forças legais, permitiremos que pessoas nocivas à sociedade tomem conta dos nossos filhos e dos nossos jovens. Essa preocupação deste Deputado e de todos os Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais é a maior possível. Comentamos com o Dr. Moacyr Lobato, Secretário de Defesa Social, que essa audiência pública de Uberlândia entrará para a história, pois levaremos todas as reivindicações e todos os requerimentos aprovados ontem para darmos resposta satisfatória às forças legais de Uberlândia e região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Concedo aparte ao Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Sr. Presidente, o Deputado Gustavo Valadares cedeu-nos 15 segundos para convidarmos todos os Prefeitos para a audiência pública da Comissão de Minas e Energia que será realizada amanhã, às 14h30min, neste Plenário. Estarão presentes o ex-Ministro e Deputado Federal Humberto Souto e o Deputado Federal Ibsen Pinheiro, autor da emenda da divisão dos "royalties" do pré-sal.

Gostaria de fazer este convite e este pedido aos Deputados, já que está confirmada a presença de mais de 500 Prefeitos na Capital para a inauguração do Centro Administrativo, amanhã. Tão logo termine a inauguração, será realizada uma reunião neste Plenário, às 14h30min. Peça a cada Deputado e a cada gabinete que convidem os Prefeitos para debater com esses dois Deputados decanos da Câmara Federal, a fim de podermos ter a certeza de que Minas Gerais terá direito à proporcionalidade dos recursos do pré-sal.

Agradeço ao Deputado Gustavo Valadares esta oportunidade e peço a todos os parlamentares que convidem os seus Prefeitos para estarem aqui, amanhã, às 14h30min. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Gil Pereira e faço coro com suas palavras, chamando os Prefeitos para comparecer a essa reunião, de suma importância para o nosso Estado, principalmente para os Municípios.

Sr. Presidente, dois assuntos que não me deixam nada orgulhoso me trazem à tribuna nesta tarde. Tenho certeza, Deputado João Leite, de que V. Exa., como eu, já conhece o assunto, que foi noticiado hoje pela imprensa. Se for de sua vontade, V. Exa. terá oportunidade de me apartear e de fazer suas considerações a respeito do trevo de Santa Luzia com a BR-381, sem dúvida alguma uma das maiores aberrações deste governo Lula, que completa agora seu oitavo ano.

A BR-381, no sentido Governador Valadares, para os que ainda não a conhecem - é difícil um mineiro não conhecê-la -, é considerada hoje a rodovia da morte no País. Já paralisamos essa rodovia por uma dezena de vezes para chamar a atenção do governo federal, do Sr. Presidente da República, para a necessidade da sua duplicação, por conta dos inúmeros acidentes que acontecem nela diariamente, no sentido Belo Horizonte-Governador Valadares.

O problema não se encerra aí. Há cerca de cinco, seis anos, o governo federal resolveu, de forma estranha, iniciar uma obra importante e aclamada pela população de Santa Luzia, que era a construção do trevo da cidade na região de um distrito industrial importante na BR-381, que, apesar de ser a rodovia da morte, corta boa parte do nosso Estado e tem muita importância para o escoamento da produção das indústrias que ali se encontram. O então Prefeito José Raimundo, companheiro de partido, foi ao DNIT e ao governo federal, bateu às portas do governo e solicitou a construção do trevo. Para surpresa de todos nós, o trevo passou a ser construído, mas não por uma empresa especializada e mediante licitação, processo que geralmente envolve de 90% a 95% das obras do nosso país. O governo federal, com toda a sua sensibilidade e competência, achou por bem delegar ao Exército Brasileiro a construção do trevo da BR-381 com Santa Luzia. A obra teria que ficar pronta em um ano e demorou cinco, sendo gastos aproximadamente R\$8.000.000,00, e o que temos hoje é, sem dúvida alguma, um dos pontos mais perigosos do trecho da BR-381 entre Belo Horizonte e Governador Valadares.

Desde a sua inauguração, se assim podemos falar, ou de sua liberação - penso que esse é o melhor termo - pelo Exército, eram duas pistas no sentido Valadares e duas pistas no sentido Belo Horizonte, com apenas uma pista para cada sentido funcionando, porque existem problemas estruturais nesse trevo, que o Deputado Carlin Moura conhece bem porque passa por ali para ir à nossa região, à sua cidade, Virgolândia.

Desde o início, em virtude do afundamento do asfalto na pista principal do trevo da trincheira, há apenas meia pista funcionando em cada sentido. Nós, da Comissão de Transporte, fizemos inúmeras visitas ao trevo quando em construção, pois já causava mal-estar e desconforto a todos os que transitavam e transitam por ali. Essa rodovia é muito movimentada, é um importante acesso a Belo Horizonte e liga a nossa cidade a Capitais de outros Estados, como Vitória, no Espírito Santo. Durante a construção desse trevo, todos os dias havia problemas de congestionamento. De dois em dois meses, a data da liberação do trevo era atrasada, e assim arrastou-se por longos cinco anos.

Agora, mais uma vez temos dinheiro jogado fora, aliás esse fato foi constatado pelo jornal "Estado de Minas", em seu caderno "Geraes" de hoje: dinheiro jogado fora em trincheira. Nós, brasileiros, jogamos aproximadamente R\$8.000.000,00 fora, em uma obra malfeita pelo Exército, que, na verdade, não tem nenhuma capacidade para gerir, administrar e construir uma obra daquela envergadura.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, V. Exa., com sua competência e autoridade como Presidente da Comissão de Transporte, traz esse assunto que vem infelicitando não apenas os mineiros, mas muito mais os brasileiros que têm de utilizar a BR-381 Norte. A expectativa sempre foi a duplicação dessa rodovia. Nesta Casa havia o movimento Duplicação Já no governo do DEM, do PSDB, e pensávamos que em meses o governo do PT iria duplicar essa rodovia. Todos estavam envolvidos no Duplicação Já. Passaram-se oito anos, e o que vemos na BR-381 Norte são descabros. É inaceitável o que aconteceu no trevo de Santa Luzia. Essa é uma região que faz divisa também com Sabará e está abandonada. O governo federal abandonou a BR-381. Famílias foram ocupando a faixa de domínio dessa BR, e há riscos permanentes de acidentes e mortes de pessoas. A BR-381 Sul, construída por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, duplicada de São Paulo a Belo Horizonte, também não tem manutenção. Há mais de 20km de desvio que os caminhões têm de fazer por falta de manutenção numa ponte. Que governo incompetente é o governo federal! O governo do Presidente Lula é o pai dos bancos, e a Ministra Dilma a mãe dos bancos. Vão colocar uma estátua do Presidente Lula na frente dos bancos, pois nunca na história deste país os bancos lucraram tanto como no governo Lula.

Gostaria de lembrar também do anel rodoviário do governo federal, que está abandonado. Famílias morrem nesse anel. Há oito anos de total incompetência do governo, que está se esquecendo de Minas Gerais, da região metropolitana.

Por fim, gostaria de agradecer muito e falar sobre a inauguração do Viaduto das Almas. Infelizmente continuará sendo Viaduto das Almas, pois conseguiram fazer um viaduto com curvas na entrada e saída, continuando com o mesmo perigo. Cuidado, pois o Presidente Lula gosta de dizer coisas como essa: "No carnaval não corram, pois as estradas estão muito boas". Isso não é verdade. As estradas estão péssimas. Agora ele disse: "Inauguramos o viaduto, vá tranquilo". Não vá tranquilo no Viaduto das Almas, tenha cuidado, pois ele continua com curvas. Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte, que engrandece este pronunciamento. Quanto ao Viaduto das Almas, o governo federal tem feito uma festa muito grande dizendo que vai inaugurá-lo agora, no final deste mês de março, mas, segundo as informações que recebo, Deputado João Leite, continuaremos com o antigo Viaduto das Almas tendo que funcionar em um sentido, ou seja, só estará liberada a pista do Viaduto em um sentido, enquanto o outro - não sei se BH-Rio ou Rio-BH - continuará utilizando o antigo e sofrido Viaduto das Almas. Esse caso e o do trevo de Santa Luzia, na BR-381, são, sem dúvida nenhuma, o retrato do governo federal em Minas Gerais: descaso, falta de planejamento, demagogia e populismo.

Como ainda tenho três minutos e alguns segundos, Deputado João Leite, abordarei aqui um assunto muito importante. O governo federal ontem, por intermédio do Vice-Prefeito de Belo Horizonte, ex-Deputado Roberto Carvalho, nosso colega na Assembleia Legislativa, soltou pelos quatro cantos da Capital - e começou a fazer uma festa muito grande - que a tão sonhada obra da alça sul de Belo Horizonte começava. Esse é o sonho de quem mora na região centro-sul da nossa cidade e que almeja uma ligação rápida e ágil com as cidades de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Entretanto, a obra que começa é a de uma pequena alça, chamada de alcinha, que não depende, em absolutamente nada, de recursos ou liberação do governo federal. Essa obra está sendo feita por uma empresa privada e foi contratada pelo Leroy Merlin em contrapartida à construção de sua nova loja. Isso foi exigido pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Ontem, o Superintendente do DNIT em Minas Gerais, Sr. Sebastião Donizete, que é uma figura de bem e luta com as poucas ferramentas que tem, disse na televisão que o complexo da alça sul de Belo Horizonte, que custará R\$30.000.000,00, ficará pronto em rápidos dois anos, Deputado João Leite. Lembro que ainda estamos em processo de licitação. E aí faço uma comparação muito clara para mostrar que o País precisa mudar de rumo. A Prefeitura de Belo Horizonte e o governo de Minas fizeram a segunda etapa da duplicação da Avenida Antônio Carlos, com custo aproximado de R\$250.000.000,00, em um ano. A obra da segunda etapa da duplicação começou em 29/1/2009, e estamos, no dia 3/3/2010, com praticamente toda a obra concluída. E vejam os senhores a diferença de complexidade das obras: uma delas é a duplicação de uma das avenidas mais importantes, senão a mais importante, de Belo Horizonte, que tinha problemas, por conta da ocupação regular e

irregular ao longo da margem nos dois sentidos. Entretanto, essa obra está praticamente concluída com apenas um ano. Agora, vem o Sr. Sebastião Donizete dizer que uma obra de R\$30.000.000,00, quase 10% do valor investido na segunda etapa de duplicação da Avenida Antônio Carlos, demorará dois anos para ficar pronta. E olhe lá se vai ficar, Deputado João Leite. Desses R\$30.000.000,00, apenas R\$3.000.000,00 estão previstos no Orçamento deste ano. E os outros R\$27.000.000,00? Teremos que esperar o ano que vem para pleitear mais R\$3.000.000,00. Esse é o governo federal. Esse é o retrato do governo do Presidente Lula e da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff - nascida em Minas Gerais, e não mineira, já que há uma diferença grande, Deputado Carlin Moura, entre ser nascida em Minas Gerais e ser mineira de fato, gostar de seu Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Agostinho Patrus Filho* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna neste dia é o editorial hoje publicado pelo jornal "Estado de Minas", com o seguinte título: "Minas a reboque, não!" "Indignação. É com esse sentimento que os mineiros repelem a arrogância de lideranças políticas que, temerosas do fracasso a que foram levados por seus próprios erros de avaliação, pretendem dispor do sucesso e do reconhecimento nacional construído pelo Governador Aécio Neves. Pior. Fazem parecer obrigação do líder mineiro, a quem há pouco negaram espaço e voz, cumprir papel secundário, apenas para injetar ânimo e simpatia à chapa que insistem ser liderada pelo Governador de São Paulo, José Serra, competente e líder das pesquisas de intenção de votos até então. Atarantados com o crescimento da candidatura da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, percebem agora os comandantes do PSDB, maior partido de oposição, pelo menos dois erros que a experiência dos mineiros pretendeu evitar. Deveriam ter mantido acesa, embora educada e democrática, a disputa interna, como proposto por Aécio. Já que essa estratégia foi rejeitada, que pelo menos colocassem na rua a candidatura de Serra e dessem a ela capacidade de aglutinar outras forças políticas, como fez o Palácio do Planalto com a sua escolhida, muito antes de o PT confirmar a opção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na política, a hesitação cobra caro, mais ainda numa disputa que promete ser das mais difíceis. Não há como negar que a postura vacilante do próprio candidato, até hoje não lançado, de atrair aliados tem adubado a ascensão da pouco conhecida candidata oficial. O que é inaceitável é que o comando tucano e outras lideranças da oposição queiram pagar esse preço com o sacrifício da trajetória de Aécio Neves. Assim como não será justo tributar-lhe culpa em caso de derrota de uma chapa em que terá sido apenas vice, também incomoda os mineiros uma pergunta à arrogância: se o mais bem avaliado entre os Governadores da última safra de gestores públicos é capaz de vitaminar uma chapa insossa e em queda livre, por que Aécio não é o candidato a Presidente? Perplexos ante mais essa demonstração de arrogância, que esconde amadorismo e inabilidade, os mineiros estão, porém, seguros de que o Governador, político de alta linhagem de Minas, vai rejeitar papel subalterno que lhe oferecem. Ele sabe que, a reboque das composições que a mantiveram fora do poder central nos últimos 16 anos, Minas dessa vez precisa dizer não."

Sr. Presidente, por esse editorial, nós, mineiros, deveremos nos unir para que o Governador Aécio Neves, a exemplo de Afonso Pena, Presidente da República eleito com esmagadora maioria, mineiro, responsável pelo incentivo das ferrovias no nosso país, pela ligação e interligação de um país tão extenso, possa seguir não só os passos deste, mas de Wenceslau Braz, também mineiro, Presidente da República, pacificador, que herdou a Guerra do Contestado e, com habilidade e capacidade, conseguiu levar o País à paz e à tranquilidade; também de Arthur Bernardes, um nacionalista, pioneiro da siderurgia, primeiro defensor dos recursos naturais do nosso Brasil.

Também somando a esses exemplos, temos Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, por isso Minas Gerais deve lutar para ter um legítimo candidato à Presidência da República. Como muito bem disse o artigo do jornal "Estado de Minas": "Aécio Neves é o mais bem avaliado Governador e gestor entre todos aqueles dos Estados brasileiros". E não foram os institutos de pesquisa de Minas Gerais nem os jornais publicados em Belo Horizonte que disseram isso. Isso porque as pesquisas realizadas por institutos paulistas, e que são divulgadas em jornais daquele Estado, afirmam e demonstram a capacidade de gestão do Governador Aécio Neves. Portanto está na hora de Minas Gerais levantar, mais uma vez, a sua voz para realmente ter um candidato ao cargo de Presidente da República.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Caro amigo Deputado Agostinho Patrú Filho, ouvi atentamente suas observações acerca do editorial de hoje do jornal "Estado de Minas", que reconhece a importância de Minas Gerais no cenário político nacional. Tenho certeza de que há um sentimento não apenas de nós mineiros, mas, sobretudo, de grande parte da população, que gostaria, ou melhor, que ainda deseje ver o nosso Governador Aécio Neves na Presidência da República. Ele é o Governador mais bem aprovado e avaliado do País. Foi e continua sendo exemplo, juntamente com o Prof. Antonio Augusto Anastasia, que terá a oportunidade de sucedê-lo em breve e de mostrar ao País como se devem gerir os recursos públicos e como devem ser implementadas as políticas sociais e de infraestrutura dos Municípios. A população, e principalmente a mídia de outros Estados, tem procurado de alguma forma minar esse sentimento mineiro, pressionando o nosso Governador a compor a chapa com o atual Governador de São Paulo, José Serra. No entanto o Governador de Minas tem dito, por onde quer que ande, que a sua posição é a de Minas, é o que for bom para o nosso Estado, o que fará com que realmente mantenha lugar de destaque no cenário político nacional. E Aécio Neves tomará o caminho que julgar necessário para exatamente manter o que acabei de dizer. Então não tenho dúvida de que o nosso Governador saberá escolher o melhor caminho para Minas Gerais. O Estado jamais se curvará aos órgãos de imprensa nacionais e àqueles políticos que acreditam que, por meio de pressão e de ameaças, irão conseguir mudar de ideia o nosso Governador.

Parabenizo o Deputado Agostinho Patrus Filho por invocar esse artigo do editorial do "Estado de Minas". Tenho certeza de que isso ecoará nos quatro cantos do nosso país. Muito obrigado.

O Deputado Agostinho Patrus Filho* - Muito obrigado, Deputado Gustavo Corrêa. Saiba que é exatamente dessa forma que o tema deve ser tratado. A questão que trata da candidatura do Governador Aécio Neves à Presidência da República deixou de ser partidária, uma questão apenas do PSDB. Por isso, como membro de outro partido, fiz questão de vir aqui para, em primeiro lugar, como mineiro, trazer essa discussão à Assembleia, local onde temas e assuntos mais importantes do nosso Estado são debatidos e têm eco. E não só neste Plenário, como também nas diversas comissões que compõem a nossa Assembleia, esse tema merece ser debatido e trazido à tona. Afinal, Minas Gerais tem desenvolvido e tido um importante papel com os Vice-Presidentes da República que tivemos nos últimos anos. É importante registrar a participação dos Vice-Presidentes Itamar Franco e Aureliano Chaves, e do atual, José Alencar, no cenário político; por isso, Minas Gerais não pode se curvar e se tornar aquele Estado que pleiteia sempre o lugar de Vice-Presidente. Para o bem do Brasil, Minas Gerais merece muito mais que apenas a posição de participante de uma chapa. Quando se coloca de forma afirmativa, nosso Estado ganha, mas o Brasil ganha ainda mais.

Portanto, todos nós, como mineiros, apoiamos e lutamos por uma candidatura, para que Minas Gerais volte a ocupar o cargo mais alto do nosso país e a dar exemplos como os que foram dados por Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Artur Bernardes, Wenceslau Brás e Afonso Pena. Sem dúvida alguma, nesses períodos Minas Gerais cresceu, mas ganhou ainda mais o Brasil, dada a experiência e a dedicação dos mineiros à causa política e à capacidade de administrar.

Minas tem características diferentes das dos demais Estados da Federação. Minas Gerais e o governante deste Estado, o Governador de Minas, convive com duas realidades. Já dizia Guimarães Rosa que "Minas são muitas" - sem dúvida alguma -, e este Governador aprendeu a conviver com o desenvolvimento e a riqueza das áreas do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, que são áreas tão prósperas quanto as mais desenvolvidas deste país, mas ele também soube viver e conviver no seu dia a dia e buscar soluções para os problemas dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Norte de Minas e de outras áreas próximas do Vale do Rio Doce, onde, infelizmente, ainda existe muito a ser feito.

Com essa experiência e sabendo conviver, dentro de um mesmo Estado, com a riqueza, com a pobreza e com a necessidade de desenvolvimento, Minas Gerais conseguiu forjar e formar, como numa escola, um político que sabe administrar o País, que também tem duas realidades diferentes: a do Sul, rico e desenvolvido, e a do Norte e Nordeste, infelizmente ainda tão atrasado e necessitando sempre de

atenção dos nossos Presidentes e Ministros.

Não poderia deixar de fazer eco a esse editorial do "Estado de Minas" e de parabenizar a sua direção pela forma corajosa com que traz esse tema à tona, na primeira página do seu editorial. Tenham certeza de que não só os Deputados do PSDB, mas também os seus partidários, estão aqui para empunhar essa causa. Aliás, todos os mineiros defendem essa causa e compartilham da mesma vontade. Faz 50 anos que tivemos um Presidente mineiro empossado, porque Tancredo Neves foi eleito, mas não foi empossado. Mais do que nunca, Minas Gerais merece a Presidência e o Brasil precisa de um mineiro na Presidência da República. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Vou aproveitar que V. Exa. ainda tem 2min35seg para parabenizá-lo. No entanto, vou mudar o foco do seu assunto para falar, em 2min26seg, do que vi acontecer hoje cedo.

Belo Horizonte está um caos. A chuva chegou. Aliás, eu até cheguei vestido com uma capa de chuva. Enquanto muitos Deputados estavam em seus gabinetes, eu rodava por Belo Horizonte e até tive a oportunidade de ver, na Vila São José, no final da Avenida Pedro II, as casas desmoronando. Uma casa desmoronou numa área de risco, na Vila São José.

V. Exa., Deputado Agostinho Patrus Filho, que também conhece Belo Horizonte, sabe que existe um problema sério na Avenida Tereza Cristina, no Barreiro. Em todo período de chuva, acontece sempre a mesma coisa. O que estou falando agora a respeito da Vilarinho, da Avenida Tereza Cristina e da Vila São José eu já falei, no ano passado, quando começou a chover, como também falei no meu programa de rádio há 10, 20 anos, quando eu ainda estava na Câmara Municipal. Entra Prefeito, sai Prefeito, e nada é resolvido. Eu pensei que o atual Prefeito iria pelo menos pensar em mandar desentupir os bueiros de Belo Horizonte, que está uma lagoa só, porque não teve o devido tratamento. O povo de Belo Horizonte é mal-educado, porque joga lixo nas ruas, e isso faz com que os bueiros entupam. E agora, Deputado, o Prefeito, que não está acompanhando isso, não manda limpá-los. Belo Horizonte está um caos. Mais tarde poderemos acompanhar esse problema pelos jornais televisivos. Todos os 77 Deputados poderão colocar as mãos na cabeça, porque, entra ano e sai ano, o quadro é sempre o mesmo.

Ou levamos a sério o problema da chuva ou nos lembraremos dela apenas quando ela chega. Ou o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, tomará providências agora, pensando no próximo ano, em relação à Vilarinho, à Tereza Cristina e a todas essas regiões onde ocorre inundação quando chove, ou continuaremos gastando. Nós, de Belo Horizonte, o povo mineiro, o povo belo-horizontino, não aguentamos mais. V. Exa. sabe o que acontece em Belo Horizonte. Embora tenha fugido do assunto de que V. Exa. trata na tribuna, agradeço-lhe a oportunidade de deixar claro que não aguentamos mais ver o que acontece quando chove em Belo Horizonte. Obrigado.

O Deputado Agostinho Patrus Filho* - Muito obrigado, Deputado Alencar. As palavras de V. Exa. não fogem do assunto porque mostram a necessidade de termos Presidente mineiro que se preocupe com Belo Horizonte, com a Capital de Minas e de todos os mineiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente farei adendo às palavras do Deputado Alencar. Quanto às chuvas pelo País afora, o que vemos em todas as Capitais do País, o problema é muito mais sério do que se imagina. O que aconteceu nos últimos anos? Podemos fazer paralelo com o que o Deputado Gustavo Valadares falou desta tribuna, sobretudo da ocupação ao longo do anel da BR-381 até um pouco acima de Ravena. Quem incentivou as ocupações nesses anos? Quem incentivou invasão de terra e ocupação de área de risco? Na realidade, foram vários políticos que, na busca do voto fácil, levaram a população para morar em qualquer lugar, sem a mínima condição. A população, em necessidade premente, acabou cedendo e foi morar nos diversos pontos hoje alagados de Belo Horizonte, e muito pior, totalmente impermeabilizados. O grande problema é que todo mundo quer asfalto. Ninguém quer calçamento nem paralelepípedo. Onde havia o sistema de drenagem, hoje só nos resta um caminho, que é o curso normal das águas. O sujeito constrói no fundo de sua casa, onde havia terreno. Depois ele não quer mais cuidar do terreno e faz cimentado. No cimentado, ele faz telhadinho para churrasqueira. Isso automaticamente aumenta o nível de impermeabilização do solo, e não resta outra situação a não ser essa que está aí. Agora temos de refletir. Qual é o melhor caminho? Obras que custarão talvez milhões e milhões de reais ou desocupação de alguns lugares? Fica essa reflexão. Não será o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, que dará cabo disso com um ano de governo. Felizmente o Márcio está fazendo bom governo dentro das limitações, diante da queda orçamentária que ocorreu em razão da crise.

Há que se ressaltar algo interessante que aconteceu no País. Quando fizeram a desoneração do IPI, automaticamente também diminuíram a receita das municipalidades do País. O que me traz aqui, na realidade...

O Deputado João Leite (em aparte) - Hoje vi que o Prefeito Márcio Lacerda pretende comprar seis barcos para desassorear a Lagoa da Pampulha. O ex-Prefeito Pimentel gastou mais de R\$300.000.000,00 na Lagoa da Pampulha, e perdemos quase 50% da sua água. Gastou-se, em contrato que o Tribunal de Contas considerou irregular, todo esse dinheiro com termos aditivos. Agora o Prefeito Márcio Lacerda tem de corrigir tudo isso.

Infelizmente, vimos as catástrofes durante todos esses anos. Lembramos aqui, com muita tristeza, a catástrofe ocorrida no Morro das Pedras, quando, em um deslizamento, morreram oito crianças de uma mesma família. Vivemos isso durante todo esse tempo, e V. Exa. se lembra bem disso. Agora vemos novamente as chuvas chegando. Foram permitindo a impermeabilização de Belo Horizonte; com isso, a água cai e corre rapidamente. Santa Luzia e Sabará, por exemplo, sofrem porque os rios enchem imediatamente, mas Belo Horizonte sofre também.

Parabenizo-o e lembro que o Prefeito Márcio Lacerda assume uma herança maldita da falta de investimento na infraestrutura de Belo Horizonte. Qual foi a grande obra de contenção, qual foi a grande obra que o PT fez em Belo Horizonte relativamente a essa situação? Nada foi feito. Eu pensava agora, Deputado Wander Borges, a respeito da herança que o Prefeito Márcio Lacerda ganhou: ele terá de trabalhar muito para tentar melhorar a situação de Belo Horizonte, esse caos que lhe foi deixado. Parabéns e muito obrigado pela possibilidade de apartear-lo.

O Deputado Wander Borges - Muito obrigado, Deputado João Leite. O que me traz aqui é uma reflexão sobre a situação da BR-381. Fazemos essa reflexão desde o primeiro ano de mandato, quando aqui chegamos - não apenas este Deputado que lhes fala, mas outros companheiros também -, até mesmo o Deputado que preside, neste momento, esta reunião, o Deputado José Henrique. Estamos cansados de falar. Já foi falado aqui, desta tribuna, sobre a situação do trevo de Santa Luzia-Sabará: a forma como a obra estava sendo feita, como foi entregue e como ficou. Só quem vai até lá vê o horror que está aquilo. A obra já começou errada; sendo assim, concluímos que foi dinheiro jogado fora mesmo. A quem caberia a fiscalização dessa obra? Ao governo federal, ao DNIT e ao próprio conjunto da sociedade. Entretanto, esta Casa reflete essa sociedade, e não deixamos de falar. Estamos vivendo lá a situação de um viaduto que baixou 40cm - o que representa muita coisa em uma obra daquela envergadura. Fala-se aqui que já foi contratada uma empresa, mas até quando teremos de falar? Ainda mais: a duplicação da estrada que liga Belo Horizonte a João Monlevade, a Governador Valadares, não caminha. Continuamos então com esse desafio. Pequenas coisas foram feitas, por exemplo, a sinalização horizontal. Depois de termos falado, falado, falado, melhoraram as entradas das pontes, que eram um horror, um absurdo, uma vergonha, um suicídio para aqueles que trafegam ali - algo em torno de 30 mil veículos por dia. Entretanto, o grosso ainda está por fazer. Não entendo por que não priorizar a BR-381, que é por onde passa praticamente toda a economia do Estado de Minas Gerais. Realmente é um descaso muito grande, muito forte, com essa BR, que já ceifou a vida de inúmeros mineiros e brasileiros. Na semana retrasada, no quilômetro 18, houve um acidente em que morreram um carreteiro e um motoqueiro. E assim caminha a humanidade, sem solução. Vamos aguardando, aguardando, mas temos de continuar fazendo o nosso papel. Este é o papel do Parlamento: a cobrança permanente daqueles que têm o poder da execução. Deputado não faz, simplesmente falamos desta tribuna ou nos meios que são

colocados à nossa disposição. Esta é a nossa função: continuarmos falando, reclamando, dizendo. E o Deputado João Leite levantou outra questão aqui.

Fui bancário durante 25, 30 anos e escutei falar de lucro. O que vemos hoje é a mesma história. Quando o Bradesco e o Banco do Brasil, que tem capital da União, começaram a ter lucros de R\$10.000.000.000,00, percebemos que alguma coisa estava errada. E vão consignando, não sei mais o quê... Muita coisa tem de ser mudada.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Quanto à trincheira, temos de dizer que ela está na entrada do Distrito Industrial de Santa Luzia, onde há vários galpões. É a primeira vez que vejo uma trincheira com uma rodovia passando em sua frente. Não é possível ver se está vindo um carro porque, ao se chegar na ponta, outro carro já está passando em sua frente. Está tudo errado. Falamos isso na época.

Quero abordar também a situação dos bancos. Gostaria que V. Exa. assinasse um projeto comigo proibindo empréstimo consignado. Os bancos estão ficando cada vez mais ricos, milionários. O tal do BMG, que patrocina o Cruzeiro, o Atlético e o América, tem um lucro fabuloso. O que está acontecendo, principalmente com o funcionário público? Faz empréstimo, paga juros altos, e o BMG, o Bonsucesso e outros bancos ficam com o dinheiro.

Está na hora de esta Casa aprovar um projeto. Estou encaminhando a proposta ao seu gabinete para que possa assiná-la, de forma a proibirmos a concessão desses empréstimos. Minas Gerais não pode ficar bancando essa operação. Para emprestar dinheiro a um funcionário que tem pagamento garantido, ou seja, não "dá cano", o banco deveria cobrar juros muito baixos, e não juros de mercado. Qualquer um, sabendo que não corre o risco de não receber, deveria cobrar juros mais baixos dos funcionários desta Casa, dos funcionários do Estado, dos funcionários de Prefeituras. Os bancos estão ficando ricos, ricos e ricos, enquanto os funcionários públicos estão ficando cada vez mais pobres. Está na hora de esta Casa ter peito, tomar providência e não aceitar o "lobby" dos banqueiros. Quando houve a aprovação, o "lobby" correu neste Estado. Podem ter certeza disso.

O Deputado Wander Borges - Agradeço ao Deputado Alencar e digo-lhe que assino o projeto com a maior tranquilidade. Quanto ao empréstimo, quero apenas acrescentar que o sujeito chega ao banco e recebe a informação de que serão cobrados 5% de juros ao mês. Retirando as taxas, o cidadão faz a seguinte conta: 5 vezes 12 totaliza 60% ao ano. Mas não é assim. A conta é: divide-se 5 por 100, soma-se 1, abre-se parênteses e eleva-se a 12, porque os juros são capitalizados. Consequentemente, não são 60%, e sim 90%. É a aberração das aberrações.

Pior que isso, Deputado Alencar, algumas municipalidades fizeram vários convênios não somente com bancos, mas com outras empresas de crédito. O cidadão fica tomando empréstimo, não obedece à cota de 30% do salário e, conseqüentemente, passa a não ter outro caminho, principalmente os aposentados, que não têm seus salários reajustados devidamente pelo governo. O salário mínimo sobe 10%, 12%, e o aposentado recebe aumento de acordo com a inflação, o que cria um descompasso. Quem se aposentou há 15 anos e recebia cinco salários mínimos recebe hoje até dois salários. Essa situação tem de ser debatida diariamente pelo conjunto da sociedade.

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e dizer que estaremos aqui trazendo novos dados, especialmente sobre essa questão dos bancos. Acho que isso precisa ser reavaliado. Há ainda um detalhe ao ler o balanço dos bancos: quando se vai colocar o passivo, há uma nomenclatura chamada Créditos de Liquidação Duvidosa, provisão para indenização trabalhista. Ali vai-se camuflando e retirando aquilo que poderia ser colocado à parte, a tributação. São coisas que precisamos trabalhar, discutir, para tentar melhorar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesta tarde de quarta-feira que antecede a inauguração da propalada Cidade Administrativa, quero dizer que levantei questões quando aqui foram apresentados os projetos dessa obra em uma audiência pública, naquela época patrocinada pela Codemig. Entretanto, quando nos mostraram o projeto, ele já estava contratado e a obra, sendo iniciada. Fiz um alerta ao pessoal do governo, porque ele estava centralizando suas ações administrativas em local que contava apenas com um acesso. O governo ficará - eu dizia que ficaria, mas ficará - na mão dos funcionários públicos do Estado de Minas Gerais. Todos sabemos que hoje os sindicatos de representação dos funcionários públicos estão debaixo da asa do governo; os funcionários públicos hoje não têm representação. Mas uma hora terão, e aí será o momento em que eles reivindicarão aquilo com que eles tanto sonham, que é melhora de salário e de condições de trabalho. De que forma farão isso? Fecharão o acesso à Cidade Administrativa, com a maior facilidade.

Eu dizia isso na época, e uma pessoa do governo disse que haviam-se preocupado com isso, que na Cidade Administrativa haveria um batalhão da Polícia Militar. O governo sabe do problema que ele arrumou ao construir essa Cidade Administrativa, sabe que foi um equívoco, sabe que ela foi construída para atender aos caprichos do Vice-Governador, que desde 1996 sonha em centralizar as ações.

Eles dizem: "Economizaremos R\$85.000.000,00 por ano". Analisemos com calma e cautela. Eles reduziram a carga horária dos que trabalharão lá em 25%. Se for feita uma conta rápida, é possível perceber que hoje a folha de pagamento dos funcionários que lá estão deve ser de, mais ou menos, R\$250.000.000,00 por ano. Só com a redução em 25% da jornada, o Estado gasta a economia que diz que terá e, mais ou menos, R\$60.000.000,00, sem contar as dificuldades do trabalhador. Tanto haverá dificuldades que o governo agirá com cautela, com tranquilidade, ludibriando as pessoas.

Há trabalhador do Estado que gastará duas horas para chegar ao local de trabalho. Isso é um problema sério. Será até muito bom, porque já passamos por dois testes na Cidade Administrativa. O primeiro foi a greve dos operários, que fecharam a rodovia. Nenhum órgão da imprensa, a não ser o jornal "O Tempo", que publicou matéria pequena, noticiou que ali começava o problema. Depois houve as greves dos coletivos, que também trouxe um transtorno para aqueles mil trabalhadores que para lá foram deslocados. Outra vez ninguém falou nada; não pode falar. Amanhã teremos o grande teste. A inauguração, parece-me, será uma grande festa, com autoridades do Brasil inteiro, Governadores e pessoas importantes. Espero que tudo funcione normalmente por lá, espero até que eu esteja errado, porque a obra está pronta, uma obra de mais de R\$2.000.000.000,00.

No serviço público ou no governo, quando se reivindica uma obra ou uma melhoria salarial, a primeira coisa que se diz é que não há dinheiro. Não há dinheiro porque não querem fazer, porque a Cidade Administrativa não vai trazer nenhum benefício para o povo mineiro nem para o trabalhador. Ela trouxe benefício para uma meia dúzia de pessoas que idealizaram aquilo apenas de uma forma pessoal. Mas está pronta e terá de funcionar, e espero que funcione razoavelmente bem, o que não acredito que ocorrerá. Não posso aceitar que um sindicato representativo dos funcionários públicos continue adormecido, sem poder reivindicar nada ao governo do Estado.

Amanhã comemoraremos o centenário de Tancredo Neves, e outra coisa que me incomoda é a propaganda do governo, dizendo que o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Liberdade que não existe em Minas Gerais, onde a imprensa está amordaçada. Liberdade onde a imprensa é muito mais controlada que na época da ditadura. Refiro-me tanto à mordida quanto à censura impostas aos órgãos de imprensa do nosso Estado. Acontecem manifestações de funcionários, movimentos a respeito de alguma coisa errada que às vezes nem tem algo a ver com o governo, mas, devido ao medo de respingar na administração, os órgãos de imprensa da Capital e do interior são monitorados e impedidos de divulgar e noticiar.

Essa liberdade que se canta hoje em Minas Gerais, na fala do nosso saudoso Tancredo Neves, não é verdadeira. Minas Gerais não respira liberdade, mas sim uma ditadura muito mais violenta, pois é a ditadura econômica e financeira que esse governo implantou em nosso Estado. É essa a fala que deixo aqui, já que amanhã, dia 4 de março, vamos comemorar o centenário de nascimento de Tancredo Neves.

Fico pensando que o Tancredo deve estar virando cambalhotas em seu túmulo ou onde estiver, quando o governo canta e decanta que Minas respira liberdade. Minas não tem liberdade. As professoras, quando vão tomar café nas escolas, são proibidas pela Diretora, por ordem superior, de conversar sobre política, principalmente sobre a política estadual. Essa é a liberdade que vivemos, que tanto é decantada nos jornais e em toda a imprensa. Que liberdade é essa?

Quarta-feira, houve um movimento da polícia aqui, na porta da Assembleia. Qual jornal ou TV o noticiou? Às vezes eu questionava que me assusta ter o receio de essa censura e mordação chegarem à TV Assembleia. Espero que isso não aconteça. Por isso utilizamos, para fazer o desabafo e as denúncias, o horário livre, porque estamos ao vivo e muitos estão nos ouvindo.

O que me incomoda e me deixa triste é que vim do MDB e lutamos com Tancredo Neves pela liberdade que não existe hoje em Minas Gerais. Já mexi com jornais na época em que, antes de o jornal ficar pronto, a polícia estava lá, apreendendo o que havíamos feito. Às vezes nem falávamos nada a respeito do governo, só queríamos noticiar alguma coisa, mas a imprensa era vigiada. E muito mais que hoje. Porém, hoje não se consegue divulgar nada contra o governo, e naquela época ludibriávamos, mudávamos a forma ou o local de fazer os jornais e conseguíamos distribuir pelo menos uma parte. Hoje nem isso.

Minas não pode ter, amanhã, maculada a imagem de Tancredo Neves, no Palácio da Liberdade, quando tomou posse como Governador e proferiu a frase que marcou todos nós, mineiros: "O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade!".

Hoje o governo, comandado por seu neto, faz justamente o contrário: o que menos temos em Minas Gerais é a liberdade, é o direito do povo de reclamar ou de dizer qualquer coisa, como é de sua vontade. Fica aqui o nosso desabafo por ocasião das comemorações do centenário de Tancredo Neves, quando vemos todo o mundo babando, naquele puxa-saquismo excessivo em cima do Governador. Nessa hora, não poderia deixar de marcar o meu posicionamento, porque nós, que viemos de movimentos revolucionários e lutamos pela liberdade, principalmente pela liberdade de imprensa, estamos vendo hoje tudo isso ser jogado por água abaixo, sem que ninguém se manifeste - a própria imprensa não fala nada -; não sei por qual ou quais motivos aceita, calada. Espero que meus prognósticos sobre a Cidade Administrativa não se realizem, mas infelizmente o governo arranjou um grande problema para o povo mineiro e não lhe trouxe nenhum benefício, assim como não trouxe nenhum benefício para o funcionário público com aquela obra faraônica feita só para que se diga que é uma obra de Oscar Niemeyer.

Encerrando meu pronunciamento, Sr. Presidente, reitero que amanhã, dia 4 de março, data do centenário de nascimento de Tancredo Neves, Minas Gerais não poderia estar comemorando a liberdade tão decantada hoje na imprensa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Caríssimo Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, amigos da galeria e da TV Assembleia, e todos que nos acompanham às tardes, no Plenário desta Casa, obrigado. Digo a V. Exa. e a todos que nos acompanham que Minas, berço da tradição daqueles que construíram a história deste país, sim, respira a liberdade; a liberdade de Milton Nascimento, de Benedito Valadares, de Juscelino Kubitschek, de Tancredo Neves, e de tantos outros que outrora deixaram e deixam sua marca para o desenvolvimento do Estado e do País. Respiramos a liberdade, pois ela está estampada nos rostos dos mineiros. A liberdade simboliza os caminhos e a trajetória desse povo bravo e trabalhador, que ama o chão das Gerais. É dessa Gerais que tenho a honra de ser, e a ela de pertencer e de representar a sua gente. Das Minas que são tantas na sala de Guimarães Rosa; que nos encantam e que nos dão vida; das Minas das crianças, dos jovens e dos adultos. É desta Minas que quero falar nesta tarde; desta Minas de Tancredo Neves, nosso Presidente, Deputado Estadual e Federal, Primeiro-Ministro e Senador; daquele que, com certeza, conseguiu conciliar as camadas mais profundas do nosso povo querido das Minas Gerais.

Querida Minas Gerais, amanhã se completa o centenário daquele que amou este chão como amamos; que conciliou os legítimos propósitos e divergências da vida política do nosso país. Como grande estadista, por meio das Diretas Já, conseguiu, a exemplo de Ulysses Guimarães, fazer com que o ato da cidadania, garantindo a ética e principalmente o espírito democrático, prevalecesse com as razões maiores. Quero homenageá-lo, Presidente Tancredo Neves, esteja onde estiver. Tenho a honra de ser o autor do projeto que garante a Medalha Tancredo Neves a todas as personalidades ilustres, àqueles que fizeram e fazem a história, que lutam por Minas, como Tancredo tanto fez.

Quero também nos remeter a reflexão muito importante, para dizer da alegria maior de amanhã Minas Gerais receber tantas e tantas delegações, respirando liberdade, amor, sentimento de mineiridade, abrigando dezenas e dezenas de Prefeitos dos nossos Municípios, Governadores, delegações estrangeiras e do governo federal, autoridades constituídas dos Poderes, para conosco descerrarem a história mais bonita da administração ímpar do grande estadista Aécio Neves. Acima de tudo, isso nos remete a reflexão mais profunda. Estamos certamente com nossos corações felizes em ter Governador líder por natureza, vocacionado pelo seu centenário avô, fazendo deste Estado lugar melhor para se viver. É um dos Governadores de melhor avaliação deste país. Orgulha-me muito ter Governador à altura de Aécio Neves e, ao seu lado, a grande inteligência do cientista político, homem conhecedor das Minas Gerais, nosso Prof. Anastasia, que certamente se identificou como parceiro certo, nas horas certas e incertas, para o desenvolvimento de nosso Estado.

Como é bom falar de Minas! Garantiremos a liberdade em que vivemos, a liberdade da imprensa, a liberdade da expressão de cada mineiro, pelos seus legítimos valores depositados nos 853 Municípios, na sua história e na sua gente. Quero dar as boas-vindas a todos os Prefeitos do nosso Estado, que trarão amanhã o símbolo maior do seu Município, a bandeira, para participar desta festa, no momento em que se inaugura o novo cenário do desenvolvimento de Minas para o Brasil.

Senhores e senhoras, essa obra merece respeito porque vem assinada por um dos maiores arquitetos do mundo, o mais centenário que temos, a inteligência de Oscar Niemeyer, a cuja pessoa tive a honra de entregar o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, por tudo o que fez desde a Igreja da Pampulha. Agora ele assina o novo palco do desenvolvimento do Estado: nossa Cidade Administrativa.

Nós, que conhecemos a funcionalidade e a importância desse Centro Administrativo, não temos como nos calar. Hoje sabemos da grande responsabilidade do seu autor, coadjuvado pelo Vice-Governador, por todos que ajudaram, como ouvimos neste Plenário. São muitos e muitos Deputados que participaram desde o primeiro momento das tratativas para instalação da Cidade Administrativa. Esse será um momento especial da história do Brasil e do mundo, tenho certeza disso. Não podemos negar isso; é uma realidade, pois abrem-se as portas para garantir efetivamente o desenvolvimento de Minas e a autonomia dos nossos servidores e da população que busca o serviço público, uma vez que estarão centralizadas todas as sedes de secretarias, a estrutura e o palácio do governo, para que tenhamos uma gestão tão boa quanto tem sido até aqui.

Aqui se respira liberdade, sim; a liberdade de mulheres e homens mineiros que amam este Estado. Vejo de um lado o pavilhão nacional e do outro a expressão "Libertas quae sera tamen". Tenho certeza de que esse é o símbolo maior das Minas, demonstrando a autenticidade do trabalho operoso dos que fazem e fizeram a história de Minas Gerais. Não podemos negar, Governador Aécio Neves, a sua visão extraordinária como grande estadista, deixando, com isso, a sua marca como grande líder e, quem sabe, nos remetendo à direção dos destinos deste país. Esse é o mineiro que queremos na condução dos destinos desta Federação, que clama por esse Governador competente, sério, que soube fazer política durante a sua caminhada vitoriosa.

Foi solicitado deste Plenário e desta tribuna, Sr. Presidente, pelos Deputados Antônio Júlio e Anderson Aduato, que se encaminhasse o nome do então Deputado Aécio Neves para presidir a Câmara Federal. Olhando os retrovisores da história, lembro-me, como se estivesse naquela época, de que foi aqui que se desejava para o Deputado Aécio Neves uma caminhada vitoriosa para assumir a Presidência da Câmara federal. Isso aconteceu, e ele conseguiu instalar nos primeiros meses a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Federal, seguido por esta

Assembleia e pelas Assembleias dos demais Estados. Tive a honra de ser o primeiro Presidente dessa Comissão nesta Assembleia. Essa é a vida de um grande estadista que seguiu os passos de seu centenário avô, que é orgulho de Minas e do Brasil. Continuaremos a respirar a liberdade; a liberdade daqueles que amam, trabalham e prosperam. O nosso Estado é privilegiado.

Aqui, seus 20 milhões de habitantes respiram o trabalho, a harmonia, a paz, a alegria, o samba. Minas é tudo isso, pois tem, com certeza, em seu bojo, homens comprometidos em dar sustentabilidade e governabilidade a todo o Estado.

Por essas razões, caríssimo Presidente, quero deixar registrada nos anais da Casa, com muita satisfação, neste momento em que a Câmara Federal, nesta manhã, reservou seu Plenário para a comemoração do centenário do nosso Presidente Tancredo Neves, uma homenagem àquele que, com certeza, gravou seu nome, sua inteligência e sua vida extraordinária, deixando o legado da ética e da moralidade não apenas para seu neto, o grande Governador e futuro Presidente, mas também para todos nós, mineiros. Respiramos a liberdade, sim, e vamos continuar com ela, pois ela é legitimamente de nosso povo, de nossa gente. Amamos este chão sagrado de Nossa Senhora da Piedade. Neste Parlamento discutimos as ações maiores e fazemos as reflexões partidárias, mas todos têm liberdade. Minas é isto. Ela abre as portas de seu Parlamento, de sua Casa maior, para termos sempre dias melhores e para garantirmos a sobrevivência feliz do povo mineiro.

Com estas palavras, saúdo o nosso eminente Governador Aécio Neves e o nosso Vice-Governador por seu ato, amanhã, de entregar a Minas e ao Brasil a Cidade Administrativa. Rendo as minhas homenagens saudosas a esse grande estadista, Tancredo Neves, que deixou história, um grande legado e, com certeza, muita saudade em todos os que tiveram o prazer e a honra de conviver com ele. Aqueles que não conviveram, ele deixou parte de sua história em todos os livros de nossa Minas Gerais. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos ao Deputado José Henrique, que preside esta sessão; aos Deputados e Deputadas; de modo especial e carinhoso, às lideranças que aqui estão e realmente lutam em defesa da promoção da igualdade racial. Gostaria de mencionar nominalmente a Graça Saboia, da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte e do Fórum Intergovernamental, do governo federal; Edson da Silva, da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e do Núcleo de Relações Etnorraciais e de Gênero; Rosalane Andrea, Vice-Presidente da Fundação Centro de Referência da Cultura Negra, juntamente com a Rita Amorim; Ofélia Hilário, companheira da nossa cidade, e Flávia Martins, da Coordenadoria de Igualdade Racial da Prefeitura de Betim; e Wanderleia, da ONG Ebonoriabe, de Betim.

Está aqui também o Paulo Henrique, nosso amigo, jovem, do grupo Razia de Betim; Zulu, músico, companheiro, artista da igualdade racial. Entrou em contato conosco também a Mônica Aguiar, do Fórum de Mulheres Negras de Minas Gerais. Se houver mais alguma liderança presente, sintam-se cumprimentada. Gostaria de cumprimentar também todos os que nos veem pela TV Assembleia.

Íamos falar sobre outro assunto, mas, por conta de uma interlocução, de uma solicitação de todas essas lideranças aqui, que trabalham pela igualdade racial, mudamos o tema e priorizamos o debate sobre um assunto extremamente importante, que é a prioridade do nosso governo federal: a promoção da igualdade racial.

Como Coordenadora da Frente Estadual de Promoção da Igualdade Racial desta Casa, lembro que em Brasília, a partir de hoje, no Supremo Tribunal Federal, está sendo realizada uma audiência pública sobre política e ação afirmativa para reserva de vagas no ensino superior. Até sexta-feira, será debatida a política de reserva de vagas em universidades públicas com base em critérios raciais, as chamadas cotas.

Agora, pasmem. A audiência está sendo realizada em função de uma representação que pede a declaração de inconstitucionalidade das cotas raciais no ensino superior, encaminhada ao STF pelo Democratas - DEM. A ação questiona o sistema instituído pelas universidades públicas, especificamente pela Universidade de Brasília - UnB. Temos seis Deputados Estaduais do DEM aqui. Realmente gostaria de também com eles comentar esse assunto. Quero convocar esses Deputados para que possam contrapor-se a essa postura do DEM em nível nacional. É inconcebível essa situação. Veremos por que motivos.

Durante três dias, o assunto será discutido por 38 expositores, entre especialistas no tema, representantes de associações, fundações, movimentos sociais e entidades envolvidas com a questão das cotas. A Advocacia-Geral da União e o Ministério Público Federal são favoráveis às ações afirmativas realizadas pelo sistema de cotas. Já deram parecer favorável por escrito a favor das cotas.

Historicamente, as ações afirmativas remontam aos movimentos antissegregacionistas, na década de 60, nos Estados Unidos da América, quando a população começou a reagir contra discriminações raciais, numa tentativa de reivindicar melhoria de condições para a população negra. A ideia da ação afirmativa é exigir do Estado uma posição ativa com o objetivo de efetivar essas melhorias para negros e negras.

Mais que o homem negro, a mulher negra sofre maior discriminação, por ser negra e por ser mulher. É importante comentar isso, principalmente por estarmos às vésperas do Dia Internacional da Mulher. As cotas afirmativas visam democratizar o acesso a bens fundamentais, tais como educação e emprego, às minorias e a todos os espaços de poder.

A identidade nacional brasileira foi construída sob o mito da democracia racial, ou seja, a crença de que somos uma nação em que todas as raças vivem em harmonia, sem conflitos ou segregações, como se no Brasil não existisse discriminação. Esse tipo de concepção deixa, muitas vezes, o País com o sentimento de que qualquer ação afirmativa defendendo as cotas não tem sentido, como se não houvesse aqui, no Brasil, discriminação.

Lembro-me bem de quando era criança e, infelizmente, vivi, muito de perto, essa discriminação. Na cidade onde eu morava, havia um clube só dos negros e outro só dos brancos. Os brancos andavam no centro da cidade e os negros na periferia dela, só para vocês terem ideia. Vejam que não faz tanto tempo assim, pois são mais ou menos 40 anos. Historicamente é um tempo muito curto para termos vivido essa situação. Felizmente, hoje a situação mudou. Em respeito a minha cidade, tenho de dizer que essa realidade mudou e não temos mais essa discriminação tão acirrada, mas ela ainda existe de forma velada.

Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, que tiveram um "racismo oficial", a segregação racial nunca foi legalmente adotada pelo Brasil. Oficialmente não, mas o foi na prática. Esta é uma das razões que fazem com que as reivindicações de movimentos sociais, entre elas a adoção de políticas públicas específicas para afrodescendentes, pareçam absurdas para grande parte da população brasileira, que dizem que no Brasil não existe racismo, o que não é verdade. No Brasil, mais de 95% dos negros não conseguem entrar na universidade pública. Se temos população com mais de 50% de negros e pardos, esta deveria ser a mesma proporção de alunos, caso a seleção fosse realmente justa. O racismo no Brasil existe e não é velado; pelo contrário, é bastante aparente. Basta ver os lugares no mercado de trabalho ocupados pelos negros e pelos brancos; o salário dos negros e o dos brancos; a escolaridade dos negros e a dos brancos; a presença dos negros nos espaços de poder político, como, por exemplo, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias e na Câmara dos Deputados.

Após 10 anos do início do debate sobre ações afirmativas e sobre o mecanismo das cotas, vários argumentos têm-se apresentado contra a iniciativa. Um deles seria a advertência de que as cotas exacerbariam a questão racial. Os que são contra as cotas falam que elas significariam instituir guerra de raça entre brancos e negros. Ora, de nenhuma forma isso existe no Brasil. Nesse período vimos que não existe contraposição

oficial nem guerra. Mas, infelizmente, há aqueles e aquelas que não querem enxergar que precisamos de nação onde haja igualdade racial, ou seja, direitos para todas as raças. Além disso, é importante reconhecer que, historicamente, temos dívida neste país com os negros e as negras. Hoje cerca de sessenta universidades públicas adotaram o sistema de acesso orientado por cotas. Nos últimos cinco anos, mais de 10 mil alunos foram beneficiados pela iniciativa. Quer dizer, se não fossem as cotas, realmente a maioria desses alunos estaria fora das universidades. Além das cotas raciais, há também cotas sociais, e lamentavelmente percebi que há Reitores de universidades federais que são contra as cotas e que garantem 50% das vagas para escolas públicas. De nenhuma forma podemos ficar cegos ao fato de que antes as universidades federais eram ocupadas por mais de 90% de jovens de famílias de classe média. Aqueles que são de famílias de trabalhadores e trabalhadoras não tinham o mesmo acesso a cursinhos caros e por essa razão não conseguiam entrar nas universidades federais. Felizmente, isso está sendo revertido agora com as cotas sociais e raciais.

Vejam bem: Michelle Obama é hoje a primeira-dama dos Estados Unidos. Nesse sentido esse país demonstrou grande avanço. Não é possível que no Brasil também não enxerguemos a necessidade das cotas. Michelle Obama foi aluna beneficiada pelas ações afirmativas. Ela relata os olhares atravessados que recebeu ao entrar na universidade e tratou do assunto em seu trabalho de conclusão de curso. Estamos trabalhando para mudar esse quadro. O governo federal tem investido em ações de promoção da igualdade racial. Criou a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Seppir - e convocou duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial. Tivemos duas Conferências Nacionais, que foram realizadas em Minas Gerais. As Conferências Nacionais, em suas etapas estaduais e municipais, especificaram, defenderam e referendaram as cotas raciais. É a população que quer essas cotas.

Lembro que, na liderança de Betim, Ofélia está convocando toda a população para fazer esse debate de maneira tão eficiente como Graça faz em Belo Horizonte. Infelizmente se criou associação, no Norte do Brasil, de mulatos e caboclos indígenas para contrapor-se a essas cotas, como se os negros e as negras não as quisessem, o que não é verdade, tanto que as Conferências Nacionais as referendaram.

Também vamos analisar a identidade, as ações do governo federal e as conferências estadual, municipal e nacional e lembrar a importância do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, que, em nível nacional, é coordenado pela nossa querida Cacá, ex-Prefeita de Araçuaí, uma das primeiras mulheres negras que foi Prefeita neste Estado, e também pela Graça Saboia, que hoje está conosco nesta Casa.

O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Planapir - também tem indicado ao Estado as metas para superar as desigualdades sociais existentes no Brasil, por meio de adoção de ações afirmativas associadas às políticas universais. O governo federal ainda está garantindo às comunidades remanescentes de quilombos o acesso à terra, à saúde e à prioridade nos projetos sociais para os quilombolas. A terra é garantida em razão de um direito realmente histórico.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados foi um grande avanço para a promoção da igualdade racial. Por meio dele, o Estado ficou obrigado a agir em relação às desigualdades existentes no País. Agora, o projeto segue para aprovação no Senado Federal.

Em Minas, queremos registrar o trabalho da Frente de Promoção da Igualdade Racial nesta Casa - estamos na coordenação, mas existem vários Deputados e Deputadas que também têm contribuído com essa Frente, como é o caso dos Deputados Padre João, Almir Paraca e Carlin Moura, bem como de Deputados de outros partidos, como o Deputado João Leite e a Deputada Gláucia Brandão, que têm contribuído bastante para o debate em defesa da promoção da igualdade racial.

Encerrando, neste ano, mais precisamente neste mês, celebra-se o Dia Internacional da Mulher. No dia 11, a bancada feminina desta Casa, numa reunião especial, discutirá o papel e os direitos da mulher, sobretudo os da mulher negra. Cada Deputada indicou uma mulher para representar a mulher mineira, e nós indicamos uma Vereadora negra, da cidade de Mariana, a Vereadora Hilda, que é a primeira militante da igualdade racial eleita Vereadora neste Estado. Assim, poderemos abordar a questão do negro e principalmente da negra.

Gostaria de parabenizar todos vocês, os movimentos que representam e os órgãos públicos, que estão atentos e que reivindicaram de nós este pronunciamento, a fim de podermos realizar esse debate em todo o Estado e convocar os 77 Deputados desta Casa, entre eles as cinco mulheres e os Deputados homens, com o objetivo de somar forças ao movimento de promoção da igualdade racial no Estado de Minas Gerais. Por fim, digo ao nosso Brasil que, em Minas Gerais, não aceitamos que haja discriminação racial. Estamos fazendo essa convocação e acreditamos que esta Casa se manifestará de uma maneira oficial, não aceitando essa postura equivocada em nível nacional, que, infelizmente, o DEM teve ao arguir a inconstitucionalidade das cotas raciais. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, pessoas que nos acompanham na Casa do povo mineiro, telespectadores da TV Assembleia, inicialmente, quero cumprimentar e agradecer a presença entre nós, que muito nos alegra, do ex-Prefeito Ivonei, querido em todo o Norte de Minas e não só em Janaúba. Para nossa alegria, ele é do Centro-Oeste, natural da nossa querida Iguatama, e hoje é uma liderança respeitada pela sua história muito séria e competente como homem público e empresário.

O nosso querido Ivonei se faz acompanhar de um grupo de lideranças de Vereadores, do Presidente da Câmara de Iguatama, do prezado amigo Hélio do Lázaro e dos Vereadores Tonzinho Moura, grande parceiro, Gegê, Tadeu e Enias Faria. Quero, na pessoa desses Vereadores de Iguatama, registrar, Sr. Presidente, os nossos cumprimentos à luta dos Vereadores em toda a Minas Gerais e em todo o Brasil. Fui Vereador, e sabemos como é importante o papel do Vereador.

Há poucos minutos, eu estava reunido no meu gabinete com o Presidente da Câmara de Itapeçerica, Gilberto Marcolino, que também está aqui na Assembleia, e com o Zé Mariano e o Dinho, que vieram fazer uma visita e trazer algumas reivindicações do Município de Itapeçerica. Essa relação deve-se dar sempre sem barreiras partidárias, em prol da população. Esse é o espírito que nos une, que nos impele a trabalhar para as comunidades. Quem está no interior precisa de representação, e a primeira é o Vereador, que está ali bem perto. Quero cumprimentá-los, vocês que são quase nossos conterrâneos, Iguatama e Divinópolis, que estão próximos e com quem temos uma convivência fraterna. Portanto, é uma alegria tê-los aqui hoje.

Sr. Presidente, nesta tarde quero manifestar, como mineiro e como brasileiro, o nosso orgulho e a nossa alegria de viver este momento histórico em que Minas Gerais dá um passo decisivo, e não só na modernização administrativa, algo que não se discute mais, porque o governo Aécio Neves hoje é reconhecido no Brasil inteiro e fora do Brasil como um governo que avançou e melhorou a qualidade de vida do povo mineiro pela competência na gestão pública. Isso é uma mudança, uma virada de página. Normalmente se discutiam os governos apenas sob o enfoque político, como, por exemplo: "Esse governo é desse partido ou daquele partido". Mas, agora, abre-se nova perspectiva. A população começa a fazer a reflexão de que é preciso ter o governante competência e resultado.

Dentro dessa linha de trabalho, temos o coroamento desses dois mandatos do Governador Aécio Neves, que se despede da condição de Governador de todos os mineiros, afastando-se para servir a Minas e ao Brasil em uma missão maior, com certeza. E faz isso inaugurando a Cidade Administrativa Tancredo Neves, obviamente fazendo uma justa homenagem a esse que é referência para todos nós, para todos os brasileiros, da luta pela liberdade, pela democracia, da capacidade de construir o entendimento, coisa que o Governador aprendeu, assimilou desde jovem.

Ao fazer essa homenagem, o Governador, de certa forma, homenageia a democracia, a gestão pública, com a inauguração não apenas de um monumento, de alguns prédios, mas como um modelo de gestão pública racionalizado pela eficiência e pelo resultado positivo para a população. Um modelo em que há o cuidado com o servidor, oferecendo-lhe ambiente e condições adequadas de trabalho. Isso não foi esquecido em nenhum momento.

Nesse modelo a questão ambiental, desde o primeiro momento, ao se projetar a obra, foi considerada. Obviamente isso é um marco histórico, porque há a perspectiva de termos não apenas economia, mas também a eficiência na gestão pública.

É claro que mudanças pressupõem, em um primeiro momento, questionamentos e às vezes desconforto, por ser necessário adaptar-se a uma nova realidade. Mas, mais do que isso, no campo político, despertam a possibilidade, às vezes, de ataques infundados. Uma das coisas que andaram falando foi que seria uma obra cara. Essa é uma obra que se paga pela eficiência. E, mais do que isso, uma obra feita com o fruto da competência do governo Aécio Neves, porque não teve nenhum centavo de dívida. Ela foi feita com recursos próprios, mas sem tirar dinheiro da saúde ou da educação, porque foi toda feita com aquilo que a Codemig conseguiu ter de sobras, de resultado positivo.

A Codemig nem existia antes do governo Aécio Neves. Tínhamos várias empresas públicas, entre elas a que antecedeu a Codemig - a Comig -, que, unindo-se com a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI - e outras, deu origem a uma empresa eficiente, moderna, ágil e enxuta, com resultado positivo, cujo lucro foi aplicado em desenvolvimento para Minas Gerais. Então 100% do dinheiro veio da eficiência gerada pelo governo Aécio Neves, que bem administrou o patrimônio dos mineiros, como as minas de Araxá e outras áreas produtivas que antes eram mais um cabide de empregos. Então este é marco histórico: gestão pública eficiente e competente; dinheiro público aplicado em benefício do povo, mudando para melhor a história. Mesmo assim a mudança, como eu dizia, ainda em primeiro momento, pode despertar alguma crítica infundada, como esta: "Será que o dinheiro gasto poderia ser aplicado em outra coisa?". Não, pois é fruto de investimentos do Estado, e não de orçamento, que poderia estar na saúde ou na educação. Mais do que isso, a economia com aluguéis e com uma série de custos indiretos - várias sedes administrativas, várias secretarias instaladas em vários lugares acabam representando custo alto - gerará algo em torno de R\$80.000.000,00 por ano, o que pagará aquele investimento com lucro para o povo.

Recordamo-nos ainda de outro grande mineiro que também foi muito criticado, e a história tratou de fazer justiça. Hoje alguém pode até achar graça, mas será que, naquela época, alguém criticou Juscelino Kubitschek quando decidiu construir Brasília? Basta reler os jornais da época. Alguém não, quase todos. Juscelino era visto como visionário, como homem de visões quase alucinantes. Na verdade era homem de visão um pouco adiante do seu tempo, capaz de enxergar a grande nação que é o Brasil e de contribuir para que este país de fato se tornasse o que é hoje. Alguns ficam vangloriando-se de que tudo que há no Brasil é fruto de algo que foi feito hoje ou ontem, como se alguém tivesse chegado aqui e feito um passe de mágica para transformar este país em uma grande nação. Não, isso vem sendo construído ao longo de muitos e muitos anos por todos os brasileiros, entre eles figuras especiais, como Juscelino Kubitschek. Hoje estamos alegres de ter novamente um mineiro como referência para o Brasil. Ao inaugurar o Centro Administrativo, o Governador Aécio Neves faz uma história boa, positiva. Isso se dá também em um momento no qual o País inteiro passa a refletir sobre seu futuro, o que é muito oportuno que ocorra. Mais do que havia no passado, hoje as eleições despertam debates que às vezes são considerados um pouco extemporâneos, antecipados; mas não, isso é bom e saudável. Antes a campanha muitas vezes se restringia a três meses, e havia muitos artifícios: "shows", camisetas, brindes, uma verdadeira avalanche de propagandas. Felizmente caminhamos hoje para um modelo em que a reflexão, a análise tem de preceder o processo eleitoral. Nesse momento de reflexão e de análise, há também tensões e especulações políticas e às vezes até o jogo daqueles que querem bancar futurologistas, antecipando, antevendo tudo. Certo é que temos responsabilidade com o futuro, especialmente nós, do PSDB, que compreendemos que o Brasil não é construído por um só, não é monopólio de um grupo, mas que está, sim, construindo sua democracia com a luta de todos nós. É preciso que essa democracia respire. É preciso que ela tenha, a cada momento, possibilidade de evoluir. É necessário alternar o poder para termos a certeza, e não apenas a esperança, de que podemos e vamos melhorar. Este é o grande sentido da democracia: avançar, melhorar, estabelecer um debate crítico, mas construtivo.

Eu dizia que nós, do PSDB, com nossos aliados, compreendemos que tivemos um papel importante para construir a estabilidade econômica no Brasil, para acabar com a inflação, para dar credibilidade às formas de organização da nossa economia no mundo inteiro. Essa foi uma realização do nosso partido e dos nossos aliados. Contribuímos com ações concretas para mostrar hoje ao Brasil e ao mundo que o poder público pode ser eficiente, e não ser apenas lugar de empreguismo, de grupinhos, de panelinhas, para atender a companheiros. Fizemos isso no governo de Minas, de São Paulo e em outros governos que estão aí. Não é coisa do passado.

É bom quando fazem série de comparações entre os governos. Comparem a eficiência do governo de Minas, liderado pelo PSDB; comparem a eficiência do governo de São Paulo e de tantos outros em que nosso partido tem atuação séria e responsável. Veremos que temos, sim, desafio pela frente. Algo está muito claro: quem tem responsabilidade, como nós, tem também a consciência de que outra mudança, não só no sentido de gerir coisas públicas... A Cidade Administrativa ilustra muito bem a gestão eficiente e moderna. Neste momento é preciso compreendermos que é hora de mudar a maneira de fazer política no Brasil, de forma que não esteja focada jamais em projetos pessoais, em estrelismos, em interesses deste ou daquele indivíduo, mas com visão de nação. É por isso que não tenho dúvida de que nós, do PSDB, nossos aliados e parceiros compreendemos que é importante que o País avance mais, que tenha, sim, era pós-Lula, como o Aécio tem dito, para não ficarmos no continuísmo, não virarmos propriedade de um partido ou samba de uma nota só, como se a democracia já não precisasse de questionamentos nem de avanços. Nós, do PSDB, e nossos aliados temos a compreensão de que estaremos unidos. Então, embora tenhamos as mais diversas análises...

Hoje um colega refletiu sobre o editorial do "Estado de Minas". Faço reflexão muito clara: é natural que surjam editoriais, comentários os mais variados, mas uma verdade é intangível como o aço: nós, do PSDB, liderados por Aécio Neves, em Minas; por José Serra, em São Paulo; por Tasso Jereissati, no Ceará; por Ieda, no Rio Grande do Sul; e por tantas outras figuras que têm compromisso com o País, estamos e estaremos unidos. Não há dúvidas sobre isso. Ultrapassamos a fase em que se discute interesse ou projeto pessoal deste ou daquele. Haveremos de estar unidos, e não tenho dúvidas disso, para oferecer ao País avanços como o Aécio ofereceu em Minas e, mais que isso, para consagrar e consolidar nossa democracia, para não correr o risco de fazer com que o Brasil passe pelo retrocesso de achar que o País está resolvido, é de um grupo, e o resto está errado. Não é assim que a democracia funciona, pois ela pressupõe sempre possibilidade de melhoria. Esta é a realidade que está posta para o Brasil. O País pode e tem de melhorar. Para isso estaremos unidos ao lado do povo brasileiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Tiago Ulisses; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; telespectadores; minha presença hoje tem três motivações. A primeira é mostrar a relevância do ato que se praticará amanhã, às 10 horas, ao se inaugurar a nossa Brasília, a Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, uma obra gigantesca, futurista, que realmente precisa ser elogiada. Lá se concentrarão todos os órgãos do governo em um só espaço, em um só lugar, facilitando, dessa sorte, a vida do cidadão. O governo estará em um espaço bem caracterizado, e nossa gente, o nosso povo, não precisará andar por toda a Belo Horizonte procurando onde funciona a Secretaria tal, onde funcionam os órgãos tais e tais. Se há algumas complicações em relação aos funcionários, elas também existem em relação à própria Assembleia, porque é um pouco difícil a visita à Cidade Administrativa. Mas, para a administração pública de qualidade, há a necessidade dessa concentração, para que os resultados administrativos beneficiem mais diretamente o nosso povo, a fim de que os recursos públicos sejam mais bem aplicados e, sobretudo, para que a eficiência e a eficácia sejam a norma deste - e já é assim - e dos próximos governos que virão.

Cumprimento o Governador Aécio Neves por essa obra, que, nesta quinta-feira, será entregue ao público. Lá estará um grande número de autoridades federais e estaduais, de Prefeitos, que estão chegando para participar desse momento muito importante para Minas Gerais.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este espaço para levantar algumas preocupações decorrentes das viagens que fiz nesse fim de semana à Chapada, a Berilo - participamos do 47º aniversário dessa cidade e de Chapada do Norte -, a Jenipapo de Minas, a Minas Novas, a Virgem da Lapa, a Coronel Murta, a Almenara, a Jacinto, a Salto da Divisa e a várias outras. Cumprimento os Prefeitos Marlio Geraldo Costa, de Jenipapo de Minas; Teco, de Chapada do Norte; e José João de Figueiró, de Francisco Badaró, onde estivemos comemorando o aniversário da cidade. Com aquele povo verificamos as necessidades da região.

Duas coisas me foram colocadas à vista, para que eu começasse a trabalhar aqui. Uma delas foi o compromisso firmado pelo Presidente Lula na visita que fez a Jenipapo de Minas, onde garantiu - até disse que havia telefonado para o DNIT - os recursos para o asfaltamento dos dois trechos que faltam da BR-367: o trecho que liga Minas Novas a Chapada do Norte, Chapada do Norte a Berilo, e Berilo a Virgem da Lapa, num total de 60km; e o trecho que liga Almenara a Jacinto e Jacinto a Salto da Divisa, uma distância de 100km. São dois trechos importantes da BR-367 que facilitarão o tráfego do Centro-Oeste brasileiro para o litoral, claro, beneficiando vários Municípios.

Mas minha observação seguinte é que há uma preocupação das pessoas um pouco mais conscientes em relação ao que ocorrerá daqui para a frente com a barragem de Setúbal. Essa preocupação também é minha porque ajudei muito, à época, a começar as obras, que em 1991, de forma irresponsável, a Cemig paralisou. Denunciamos isso em toda a imprensa mineira. Na época, eu era Deputado Federal e Presidente da CPI da Fome, a qual levamos até lá justamente porque aquela barragem, se não fosse construída, estaria sentenciando à miséria e à fome milhares de pessoas daquela microrregião. Pois bem. O Presidente Lula inaugurou a barragem, com participação do governo do Estado e do governo federal, com os recursos para que a obra fosse concluída. Está pronta, mas ainda não encheu. Agora virão as primeiras chuvas. Mas há uma preocupação, decorrente do enchimento da barragem: ainda está a passo lento o trabalho de eliminação da vegetação existente na área a ser inundada. Em alguns trechos, com as poucas chuvas, a vegetação está sendo engolida pelas primeiras águas, e o mau cheiro, decorrente dos gases, já está aparecendo.

Gasta-se todo esse dinheiro, um volume fantástico, e não se faz o trabalho preparatório para que a barragem seja preenchida de maneira normal. Isso traz uma preocupação muito grande para nós, cidadãos.

Nosso pronunciamento é para alertar os órgãos do governo federal e a Ruralminas para que renegociem a participação do governo federal também nessa fase, para que a barragem seja concluída e tenha a utilidade que se espera, não sendo apenas um depósito de água inundando as matas preexistentes, que, embora ralas, vão produzir gases e tornar a água imprópria para o consumo humano e animal e até para o equilíbrio do ecossistema.

Lamentamos que as chuvas que estão caindo em Belo Horizonte não estejam caindo por lá. Deveriam cair mais lá. O Governador já decretou, a nosso pedido, estado de calamidade no Nordeste de Minas devido à seca. A situação não está bonita, e as ações deverão ser complementares a partir de agora para tentar aliviar a preocupação daquele povo.

Quero falar também a respeito de algumas obras. Estão muito bem as obras do Proacesso, que estão andando fortemente. Temos um problema apenas em Bandeira, onde a firma "deu o cano" em todo o mundo, foi embora. O DER está trocando a empresa, não pôde ainda trocar do ponto de vista legal porque deve ser feita nova licitação. Mas o Proacesso está andando rapidamente, especialmente a ligação Berilo-Francisco Badaró. Empresas boas estão trabalhando para o governo.

No entanto, fazemos um apelo ao Presidente da Copanor, Márcio Kangussu, para que verifique essas empresas. Algumas precisam ser chamadas à atenção ou desclassificadas, pois estão trabalhando lenta e porcamente, e a fiscalização deverá ser rigorosa com essas obras de fundamental importância, dado o seu valor social. Não se podia imaginar que algum Estado brasileiro fizesse um projeto tão grandioso como esse da Copanor, de levar rede de água e esgoto tratados para todas as localidades com mais de 200 habitantes até 5 mil habitantes. Essas obras estão andando muito bem em alguns Municípios, mas fazemos uma advertência à diretoria da Copanor, para que verifique algumas empresas que precisam ser chamadas à atenção, multadas, advertidas, admoestadas por não estarem trabalhando bem. O governo do Estado, com sua eficácia e eficiência, não pode admitir que empresas contratadas façam como nessa estrada de Bandeira, em que a empresa incompetente largou a obra no meio do caminho e ficou devendo para a população, até nos botecos, bares e restaurantes.

Isso não pode acontecer. Sabemos que a Lei nº 8.666 tem defeitos e dificulta a ação da administração pública. Fui Prefeito duas vezes e sei disso. Dificulta e não temos como estabelecer parâmetros diferenciados da lei para fazer acompanhamento e exigências a essas empresas. E, muitas vezes, empresas não bem capitalizadas participam do processo licitatório, oferecem um preço menor, mas não têm capacidade para realizar a obra nem capacidade financeira para aguardar a data do pagamento. E Minas Gerais paga de 15 em 15 dias. O governo Aécio Neves faz o pagamento de 15 em 15 dias, quando antigamente era muito normal esperar seis meses pelo pagamento da primeira parcela.

Sou testemunha disso porque estou no governo desde Tancredo Neves, cujo centenário de nascimento comemoramos agora, e assisti a essa história. Essa lei precisa ser modificada, para dar um pouquinho mais de autonomia fiscalizatória ao Poder Executivo, tanto o estadual quanto o municipal.

Márcio Kangussu está fazendo um excelente trabalho como Diretor das Regiões Norte e Nordeste da Copasa, um maravilhoso trabalho como Presidente da Copanor, mas precisamos visitar em campo as obras que estão sendo realizadas, pelas quais nos sentimos responsáveis, porque quem aprovou a lei fomos nós - fomos nós que criamos a Copanor, por meio de lei desta Assembleia; se a sede está em Teófilo Ottoni, grande parte da responsabilidade por isso é minha, pois pedi que ela fosse ali instalada. Estamos preocupados com as empreiteiras, algumas de péssima qualidade, incompetentes, irresponsáveis, que precisam ser admoestadas pelo governo do Estado e pelo Presidente da Copanor, para que prestem um serviço melhor, até porque o governo está pagando em dia, os recursos estão disponíveis e neste governo não há obra sem dinheiro assegurado para sua realização. Então, não há razão para que essas empresas não estejam produzindo. É preciso haver até denúncia pública dessas empresas, para que não se coloque a culpa no Estado nem na Copanor, cujo trabalho está sendo muito bem organizado e concatenado.

Fato é que a Lei nº 8.666 às vezes impede o administrador de fazer com que o serviço seja bem realizado. Sei que todos os Prefeitos de Minas Gerais que me escutam neste momento e todos os dirigentes de órgãos estaduais e federais sabem que isso é verdade. O próprio Presidente da República tem-se queixado não apenas da Lei nº 8.666, mas também do excesso de exigências feitas pelo setor de meio ambiente. Quer dizer, os "ambientalóides", com suas exigências - excessivas e irrealistas ante o processo de desenvolvimento do Brasil -, atrapalham muito. Assim, nós, políticos, ao mesmo tempo em que levamos os problemas ao governo e lhe solicitamos solução, ao mesmo tempo em que buscamos recursos do governo e trabalhamos nesta Casa para elaborar leis que permitam que se faça essa ou aquela obra ou que se lance esse ou aquele programa, temos também a obrigação de, ao visitar nossas bases eleitorais, identificar os problemas para que o governo possa solucioná-los. Até mesmo porque alguns problemas não são sequer do próprio governo, como estou relatando a V. Exa. Sabemos que o governo tem a melhor das intenções e que o dinheiro está disponível, mas é impossível conviver com algumas situações.

Preocupa-me sobretudo a questão da Copanor, mas também a da barragem do Setúbal. A ocupação que foi feita ali está me deixando muito preocupado. Os cidadãos que moravam na beira do rio foram retirados e levados para a Chapada, onde não há água. Para que morem ali, teremos de levar água até eles. Tudo bem. Mas e para a agricultura? Teremos condição de levar um volume de água tão longe - às vezes 5km ou 6km da margem da barragem - para fazer a irrigação em 4ha ou 5ha que eles vão explorar? E ganharam mais 40ha longe de sua casa. Como serão transportados? Acho que temos de racionalizar um pouquinho mais a questão do assentamento dos colonos, dos agricultores que foram deslocados.

Essas são preocupações sérias, que levanto para ajudar o governo a acertar, porque nós, que estamos muito satisfeitos com a grande obra governamental que tem sido realizada em nossa região temos de agradecer, notadamente no momento em que se inaugura o Centro Administrativo, essa magnífica obra do governo Aécio Neves, e temos o compromisso e a obrigação de trazer a público os detalhes, para que não aleguem que os Deputados não estavam atentos. Por isso estou aqui, cumprindo a minha obrigação. Agradeço a V. Exa. o espaço que nos foi concedido neste instante.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/3/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Doutor Ronaldo

exonerando Elpidio Gomes Braga do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando João de Deus Santos Nunes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Elpidio Gomes Braga para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Isaura Maria Ladeira Malta para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando João de Deus Santos Nunes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Viviane Bhering Miranda do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Aline Aparecida da Fonseca para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

erratas

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/3/2010, no "Diário do Legislativo", na pág. 77, col. 1, onde se lê:

"Sabrina Fonseca Santos", leia-se:

"Sabrina Fonseca Santos Marinho".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/3/2010, no "Diário do Legislativo", na pág. 64, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Marcus Pestana", onde se lê:

"Sabrina Cristina Boreal", leia-se:

"Sabrina Cristina Borél".